



O RIO DE JANEIRO DE COCAR

Mapeamento cultural
das aldeias e dos povos indígenas
que habitam as terras fluminenses

Agradecimentos

A Nhanderu, que colocou pessoas especiais em nosso caminho e guiou nossa jornada ao longo de todo o último ano, desde a concepção da ideia até a conclusão deste livro.

À toda a equipe do Instituto Terra Verde que, com muito profissionalismo, comprometimento, e idealismo, tornou possível a realização deste trabalho.

Ao Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro – CEDIND, com agradecimento especial ao presidente Cacique Carlos Tukano.

Às lideranças das 8 aldeias onde estivemos, que nos acolheram e confiaram no propósito e alcance deste trabalho.

Às lideranças indígenas que vivem em contexto urbano, que também confiaram no propósito e alcance deste trabalho.

A todos os 17.000 indígenas que habitam as terras fluminenses, vivem, lutam e resistem, diariamente, reafirmando sua identidade, pluralidade e cultura, na contramão de uma sociedade que tenta, a todo custo, os invisibilizar e silenciar.

Ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, em especial à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, e ao Governo Federal, em especial ao Ministério da Cultura, que, através da Lei Paulo Gustavo, contribuíram de forma significativa para a realização deste livro.

Apresentação

No Brasil como um todo, o Censo do IBGE de 2022 constatou a existência de aproximadamente 1.700.000 indígenas, totalizando mais de 300 povos, falantes de mais de 274 línguas. Cada povo com sua própria cosmovisão, história, cultura, musicalidade, relação com a natureza, saberes ancestrais, espiritualidade.

Segundo o mesmo Censo, o estado do Rio de Janeiro possui aproximadamente 17.000 indígenas, parte vivendo nas diversas aldeias fluminenses (seis aldeias na Costa Verde e duas em Maricá), e outra parte, majoritária, vivendo em contexto urbano, principalmente na região metropolitana.

Apesar de sua tamanha importância para o Rio de Janeiro, os povos indígenas vêm sofrendo um processo de apagamento e silenciamento de sua diversidade cultural e de sua presença nas terras fluminenses.

Na perspectiva de buscar visibilidade e fortalecimento dos povos indígenas fluminenses, o Instituto Terra Verde realizou o projeto "O RIO DE JANEIRO INDÍGENA - Mapeamento cultural das aldeias e dos povos originários que habitam as terras fluminenses", que conta com participação da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como do Ministério da Cultura do Governo Federal, ambas participações através da Lei Paulo Gustavo, além do apoio do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro - CEDIND.

O presente livro é o resultado final desse projeto, fruto de pesquisas, visitas a todas as aldeias, conversas,

entrevistas e mapeamentos realizados ao longo do ano de 2024. O livro, que leva o nome do projeto, apresenta, através de registros escritos e fotográficos, um panorama atual da presença indígena no estado do Rio de Janeiro, divulgando todas as aldeias e territórios indígenas, a situação dos não aldeados, como também suas pautas e reivindicações, por meio de um processo de escuta da comunidade e de suas lideranças.

Ao optar por dar visibilidade à questão, partimos do princípio de que as pessoas só respeitam, defendem e protegem o que conhecem. Partimos, também, da certeza de que um e-book disponibilizado gratuitamente na internet, com conteúdo e qualidade técnica e artística, sobre a história dos indígenas fluminenses, pode ter um grande alcance, fazendo com que um enorme número de pessoas passe a conhecer e a defender a cultura e a vida desses povos.

O livro "RIO DE JANEIRO DE COCAR - Mapeamento cultural das aldeias e dos povos originários que habitam as terras fluminenses" se coloca, assim, como uma grande celebração da diversidade, partindo do esforço de valorizar a pauta cultural e identitária dos indígenas fluminenses, contribuir para assegurar seus direitos e amenizar a dívida histórica do processo etnocida que ocorre há mais de 524 anos.

Devido à sua importância, pretendemos que esse livro se torne uma significativa ferramenta a ser utilizada pelos profissionais de educação para a aplicação da Lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da temática "História e Cultura Indígena" nos níveis fundamental e médio da rede pública e privada de todo o país.

Sumário

| | |
|---|----|
| Capítulo 1 | |
| O Rio de Janeiro é terra indígena | 8 |
| Capítulo 2 | |
| Os Guarani de Angra dos Reis - Aldeia Sapukai | 14 |
| Capítulo 3 | |
| Os Guarani de Paraty | 22 |
| Capítulo 4 | |
| Os Guarani de Maricá | 34 |
| Capítulo 5 | |
| Os Pataxó de Paraty - Aldeia Iriri Kanã Pataxi Üi Tanara | 42 |
| Capítulo 6 | |
| Indígenas em contexto urbano (não aldeados) | 50 |
| Capítulo 7 | |
| Aldeia Marakanã e Aldeia Maracanã Vertical: Territórios indígenas pluriétnicos na capital do estado | 58 |
| Capítulo 8 | |
| A Ressurgência do Povo Puri | 62 |



O Rio de Janeiro é terra indígena

Capítulo 1

Segundo o IBGE, no ano de 2022, o estado do Rio de Janeiro contava com uma população indígena de 16.964 membros, o que representa um aumento de mais de 1.000 pessoas ao compararmos com o Censo de 2010. O Censo de 2022 demonstrou, ainda, que desses quase 17.000 indígenas, um percentual de apenas 3,18% mora em aldeias, enquanto 96,82% deles vivem nas cidades.

São 8 as aldeias fluminenses e estão localizadas na Costa Verde (Angra dos Reis e Paraty) e em Maricá.

Em Angra dos Reis existe apenas uma aldeia, a Tekoha Guarani Mbya Sapukai, a maior do estado, localizada no bairro de Bracuí. Seu território foi demarcado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em 1996.



Em Paraty são cinco aldeias. Três delas são do povo Guarani Mbya: Aldeia Araponga, na Forquilha, Aldeia Itaxim, em Paraty Mirim e Aldeia Arandu Mirim, no Saco do Mamanguá. Existem, ainda, uma aldeia do povo Guarani Nhandeva, a Tekoha Djey, no Rio Pequeno, e a Aldeia Iriki Kanã Pataxi Üi Tanara, do povo Pataxó Hã Hã Hae, na Cachoeira do Iriki. Somente as Aldeias Araponga e Itaxim têm seu território demarcado, por meio de processos concluídos em 1995.

Em Maricá, localizada na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, existem duas aldeias Guarani Mbya: a Aldeia Mata Verde Bonita (Tekoha Ka'Aguy Hovy Porã), na Restinga, sem território demarcado, e a Aldeia Céu Azul (Tekoha Ara Hovy), em Itaipuaçu, em área privada própria, que foi doada à comunidade indígena.

Já os não aldeados, que correspondem a 96,82% dos indígenas do estado, estão numericamente concentrados na Região Metropolitana, em especial na Capital, Duque de Caxias, São Gonçalo, Niterói e Nova Iguaçu.

Embora o IBGE ainda não tenha divulgado dados sobre a diversidade étnica indígena com base no levantamento de 2022, o Censo de 2010 já apontava que o estado do Rio de Janeiro possuía uma grande pluralidade de povos, com 127 grupos étnicos e 26 línguas, sendo os povos Guarani, Tupiniquim e Tupinambá os mais representativos na ocasião.

No país, são poucos os estados que possuem tamanha diversidade sociocultural e étnica. Por tudo



isso, precisamos olhar e conhecer os indígenas que habitam as terras fluminenses e vê-los na sua real dimensão: povos que, além de herdeiros de histórias e de civilizações milenares, ajudaram, e continuam ajudando, a escrever e construir a história do Brasil e do planeta, com seus modos de pensar, falar, relacionar-se com a natureza e viver.

Assim sendo, os governos precisam, com base nos dados do Censo do IBGE, não só estabelecer políticas públicas direcionadas à população indígena como um todo, mas sobretudo aos não aldeados, que não tendo um território que os identifique e diante de seu processo histórico de apagamento e invisibilidade, têm, geralmente, suas peculiaridades culturais, educacionais e de saúde, dentre outras, desconsideradas e negligenciadas pelo poder público em geral.

Em 2018, por demanda dos coletivos indígenas do estado, foi criado o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro – CEDIND, através do Decreto Governamental Nº 46.218, de 11 de janeiro de 2018, com o objetivo de organizar as lideranças e entidades indígenas na elaboração de pautas comuns junto ao poder público. O CEDIND é órgão colegiado permanente e de caráter consultivo, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos.

Trata-se de um Conselho composto por representantes da administração pública direta e indireta, organizações não governamentais e pela comunidade indígena, residente ou não nas aldeias presentes no estado fluminense, perfazendo um total de 24 representantes com direito a voto.







As reuniões do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro ocorrem uma vez por mês, ou no espaço sede ou em uma das aldeias presentes no estado do Rio de Janeiro, de forma intercalada.

O CEDIND é presidido conjuntamente pelo Cacique Carlos Tukano, representando os indígenas em contexto urbano, e pelo Vice-Cacique da Aldeia Araponga de Paraty, Nino Werá Benite da Silva, representando os indígenas aldeados.

Saiba mais sobre o assunto



Para saber mais, assista no canal de Youtube do Instituto Terra Verde a entrevista do **Cacique Carlos Tukano**, presidente do CEDIND

Contatos e Informações



- Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro – CEDIND

Sede: Praça Cristiano Ottoni, s/nº – 7º andar – Sala 752, Central do Brasil – Rio de Janeiro / RJ. CEP: 20221-250
Telefone do conselho: (21) 2332-9566
E-mail: cedind.dhrj@gmail.com

- Cacique Carlos Tukano - Presidente do CEDIND

(indígenas em contexto urbano)

Instagram: [@caciquetukano](https://www.instagram.com/caciquetukano)

Telefone: (21) 98376-5987

- Vice-Cacique Nino Werá - Presidente do CEDIND

(indígenas aldeados)

Telefone: (24) 99975-1040



Os Guarani de Angra dos Reis

Aldeia Sapukai

Capítulo 2

Na cidade de Angra dos Reis, na Costa Verde fluminense, existe apenas uma aldeia, a Tekoha Guarani Mbya Sapukai, a maior do estado, localizada no bairro de Bracuí. Seu território foi homologado em 1995 e demarcado em 1996.

A Aldeia Sapukai está localizada a cerca de seis quilômetros da BR-101 (Rodovia Rio-Santos), em uma área montanhosa de aproximadamente 2.200 hectares, cercada por Mata Atlântica.

Como em todo o litoral do estado do Rio de Janeiro, os Guarani vinham se deslocando e ocupando toda a Costa Verde há séculos. Há registros históricos de



presença de indígenas Guarani na região do Saco do Mamanguá e em Paraty-Mirim há mais de 100 anos. No entanto, foi na década de 1950 que esse movimento migratório se intensificou.

Provenientes do sul do Brasil, algumas famílias Guarani vieram em busca do *yvy marãey*, a "terra sem mal", a terra perfeita, onde Nhanderu e sua comunidade celeste habitam. A busca pelo *yvy marãey* se encontra no cerne da cultura e mitologia Guarani Mbya, uma das razões de serem tradicionalmente um povo migratório.

Mas a ocupação da área onde hoje fica a Aldeia

Sapukai se deu com a chegada, em 1987, do Cacique Verá Mirim (João da Silva) e sua comunidade Guarani Mbya, vindos do sul do país em busca da terra que Nhanderu vinha lhe mostrando nos seus sonhos, um lugar onde as crianças cresceriam com saúde e alegria. Foi ali, nas alturas da serra da Bocaina, no Bracuí, que o Cacique Verá Mirim encontrou o seu *yvy marãey* e instalou sua comunidade.

Os Guarani formam o maior povo indígena, em quantidade de indivíduos, vivendo no Brasil. Segundo o Censo do IBGE de 2022, são aproximadamente 68.000 guaranis vivendo, principalmente, nos estados brasileiros do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná,

Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará, Santa Catarina e Tocantins.

Também há indígenas Guarani vivendo na Argentina, Bolívia, Paraguai e no Uruguai.

No Brasil, os Guarani são divididos em três grupos: Mbya, Kaiowá e Nhandeva, que se diferem internamente pela maneira como manifestam a cultura, a organização social e política, a língua e, ainda, a forma de praticar a religião.

São os Mbya, dentre os grupos Guarani, que vêm ocupando com continuidade áreas por todo o litoral Atlântico, inclusive em todo o litoral fluminense, há pelo menos 2000 anos. Além do motivo comum – a busca da terra sem males (yvy marãey) –, o modo como os grupos familiares traçam sua história através das caminhadas, recriando e recuperando sua tradição num “novo” lugar, faz com que sejam portadores de uma experiência de vida e de sobrevivência igualmente comum a todo o povo Guarani Mbya.

Com a invasão das suas terras ancestrais e com a ocupação das áreas litorâneas por onde historicamente

sedeslocavam, os Guarani passaram a viver espremidos em territórios minúsculos retomados. Vivem com bravura nestes tempos de desafios em que precisam defender seus territórios, ameaçados sobretudo pela especulação imobiliária e pelo agronegócio.

Apesar de todas as dificuldades e violências sofridas, são essas comunidades indígenas que, com seus conhecimentos tradicionais, espiritualidade e língua, transmitidos de geração a geração, têm protegido trechos ainda vivos da Mata Atlântica.

A luta pela demarcação das terras da Aldeia Sapukai teve início no final da década de 1980, o que provocou uma forte reação violenta por parte de fazendeiros, grileiros e posseiros da região. Após muita mobilização da comunidade indígena, em 1995 foi publicado o decreto de homologação do território, o que diminuiu as tensões e o conflito na região.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022, a comunidade era formada, por ocasião do censo, por 339 indígenas. Mas, segundo as lideranças da Aldeia, o número atual de moradores já ultrapassa 500 pessoas, em função do nascimento de várias crianças nesses







últimos dois anos e pela chegada de parentes de outros territórios, por conta da cultura dos deslocamentos e pelas relações de casamento e parentesco.

A Aldeia Sapukai tem como liderança, atualmente, o Cacique Algemiro (Karai Mirim), filho do Cacique João da Silva (Verá Mirim), fundador da aldeia, que se ancestralizou aos 103 anos, em 17/07/2016.

Segundo o Cacique Algemiro, o nome "Sapukai" significa em guarani "socorro" e foi dado pelo seu pai como um alerta, como um "grito de socorro contra a destruição da Natureza" por conta da retomada, em 1994, das obras da Usina Nuclear de Angra dos Reis (Angra 2), que estavam paralisadas desde 1986 e que fica a poucos quilômetros do território indígena.





Ainda segundo o Cacique Algemiro, a principal atividade econômica da comunidade indígena é a venda de artesanato às margens da Rodovia Rio-Santos e no centro histórico de Paraty, cidade vizinha à de Angra dos Reis.

No início da década de 1990, foi construída uma escola pelos próprios indígenas. Em 2003, o estado assumiu a administração da escola, que passou a se chamar Colégio Indígena Estadual Karai Kuery Renda. Uma grande demanda atual da comunidade é que a escola passe a oferecer o ensino médio, para que os jovens não tenham que se afastar da aldeia para concluir seus estudos.

Na aldeia, também há um posto de saúde, construído em 2022 pelo município de Angra dos Reis. O posto

recebeu o nome do Cacique Domingos Venite, que se ancestralizou em 2020, vítima da Covid-19.

Depois do posto de saúde, a conquista mais recente foi a instalação de internet, em 2020.

A chegada da internet tem inspirado os jovens a usarem as redes sociais como instrumento de luta, resistência, fortalecimento e divulgação da sua cultura. É o caso dos jovens Rafito Guarani (@rafito.guarani) e Anderson Guarani (@kamirim-guarani), que vêm se destacando como jovens comunicadores indígenas.

O jovem Rafito Guarani, que é neto do Cacique Algemiro, defende que a cultura é um grande instrumento de fortalecimento da identidade e do resgate das



tradições ancestrais dos Guarani Mbya. Inclusive, a Aldeia Sapukai tem um Coral Guarani formado pelas crianças e jovens da aldeia, que tem como uma de suas funções levar a cultura Guarani para os "juruás" (não indígenas).

A Aldeia Sapukai também vem recebendo visitantes para oferecer experiências de etnoturismo, devendo os interessados agendar previamente a visita à Aldeia, já que um grande protocolo ao visitar uma comunidade indígena é sempre pedir autorização e licença prévia às lideranças.

Contatos e Informações

Aldeia Sapukai

Cacique Algemiro

Instagram: [@algemiro silvagarani](#)

Telefone: 24999640146

Rafito Guarani

Instagram: [@rafito.guarani](#)

Anderson Guarani (Karai Mirim)

Instagram: [@kamirim-guarani](#)



Saiba mais sobre o assunto



Para saber mais, assista no canal de Youtube do Instituto Terra Verde as entrevistas do **Cacique Algemiro** e do jovem **Rafito Guarani**





Os Guarani de Paraty

Capítulo 3

Em Paraty, na Costa Verde fluminense, são 4 aldeias do povo Guarani. Três delas são do povo Guarani Mbya: Aldeia Araponga, na Forquilha, Aldeia Itaxim, em Paraty-Mirim e Aldeia Arandu Mirim, no Saco do Mamanguá. Existe, ainda, uma aldeia do povo Guarani Nhanedva, a Tekjoha Djey, no Rio Pequeno.

Todas as aldeias de Paraty integram o território declarado Patrimônio Mundial da Humanidade. O território que contempla a cidade de Paraty e a Baía da Ilha Grande, em Angra dos Reis, foi reconhecido em julho de 2019 pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como um



patrimônio mundial misto. Ou seja, um patrimônio tanto cultural, quanto natural, que expressa a riqueza da diversidade local pela cultura viva, associada ao modo de vida e às referências culturais dos povos indígenas, comunidades quilombolas e caiçaras presentes na região.

Somente as Aldeias Araponga e Itaxim têm seu território demarcado, por meio de processos concluídos em 1995. A ausência de demarcação do território das aldeias Tekjoha Djey e Arandu Mirim tem gerado uma série de conflitos territoriais, com a prática de violências e até mesmo assassinatos recentes contra os indígenas por parte de fazendeiros, posseiros e grileiros.

Tal qual aconteceu em Angra dos Reis, é a busca do *yvy marãey*, a "terra sem males", o grande fator que impulsiona a chegada dos Guarani, um povo tradicionalmente migratório, à cidade de Paraty.

Esse ideal da "terra sem males" é presença constante na cultura dos Guarani, que buscam um lugar, anunciado por seus ancestrais, onde as pessoas viveriam livres de dor e sofrimento.

Ao longo dos séculos, os Guarani percorreram vastas distâncias, inclusive em toda orla do estado do Rio de Janeiro, em busca da "terra sem males". Essa prática migratória ocorre, segundo vasto registro histórico, há





mais de 2 mil anos. Um cronista do século 16 registrou que os Guarani possuem o “constante desejo de buscar novas terras, nas quais eles imaginam que vão encontrar a imortalidade e a felicidade perpétua”.

Atualmente, isso se manifesta de uma forma mais trágica: profundamente afetados pela perda de quase todos seus territórios ancestrais, hoje vivem espremidos em pequenos pedaços de terra cercados por fazendas e condomínios de luxo. Algumas comunidades pelo Brasil não possuem terra alguma e vivem acampados na beira de estradas.

Espremidos em territórios minúsculos, com terríveis consequências sociais, muitas comunidades Guarani no Brasil afora vem tentando recuperar pequenas parcelas de suas terras ancestrais. Tais “retomadas” têm gerado violentos ataques por parte de grandes representantes de grupos econômicos que se dizem

donos das áreas historicamente ocupadas pelos indígenas. Os autodeclarados “donos” das terras indígenas retomadas frequentemente empregam pistoleiros ou milicianos para defenderem “suas” propriedades, resultando em inúmeros casos de indígenas Guarani sendo mortos durante ou logo após as retomadas ao longo das últimas décadas.

Essa realidade nacional do povo Guarani também se reflete em boa parte das comunidades indígenas de Paraty.

Aldeia Araponga (Tekoa Guyra’i Tapu – povo Guarani Mbya)

A Aldeia Araponga, localizada no Morro da Forquilha, na Serra da Bocaina, no distrito de Patrimônio, possui atualmente aproximadamente 30 moradores, que ocupam 213.2 hectares, em uma área onde ocorre a sobreposição de duas Unidades de Conservação

de Proteção Integral: o Parque Nacional da Serra da Bocaina e o Parque Estadual da Serra do Mar. A demarcação e a homologação da aldeia se deram em 1995.

Embora os Guarani venham se deslocando e ocupando todo o litoral da Costa Verde há séculos, foi nas décadas de 1950-1960 que esse movimento se intensificou, com a chegada de várias famílias vindas principalmente do Paraná e Santa Catarina, em busca da "terra sem males".

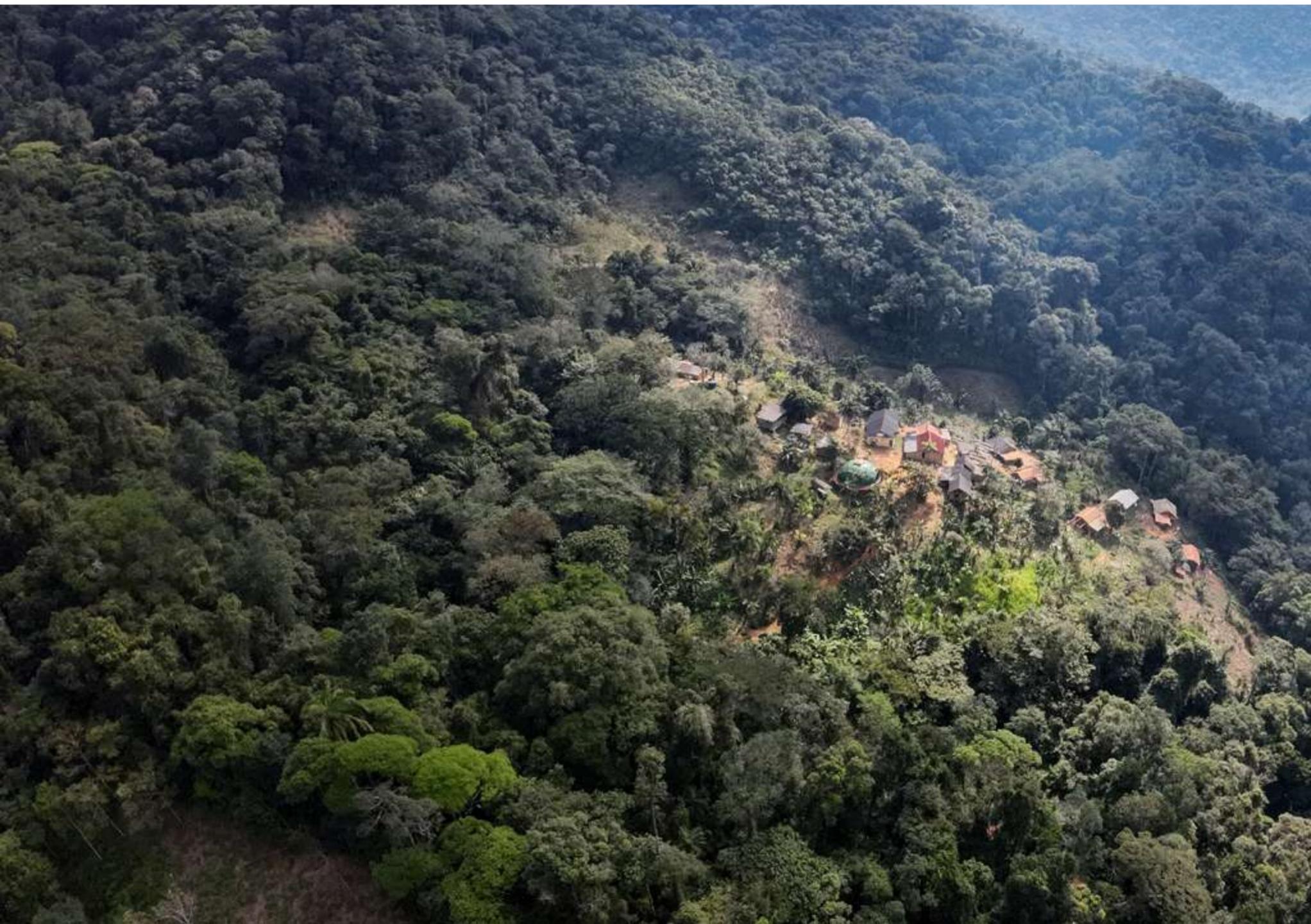
As terras indígenas localizadas na região da Costa Verde do Rio de Janeiro, demarcadas ou não, foram importantes pontos de morada e passagem do grupo que, sob liderança de Maria Tataxi, em meados das décadas de 1950, atravessou e morou por toda a região

sul e sudeste do Brasil, até alcançar e se estabelecer definitivamente nas terras indígenas localizadas no Espírito Santo.

Apesar dessa forte presença Guarani no litoral da Costa Verde, foi somente em 1972, com a abertura da Rodovia Rio- Santos, que os Guarani foram oficialmente "descobertos" pelo governo federal.

A Aldeia Araponga, a mais antiga de Paraty, é liderada pelo xeramõi (ancião) Augustinho, que também é Cacique e Pajé, cujo nome na língua originária é Karai Tataendy Oka, com 104 anos, e por sua esposa, a xejary (anciã) Marciana Benites, cujo nome na língua é Pará Mirim, com 97 anos.

A gestão da comunidade é feita com apoio do Vice-



Cacique Nino Werá Benites da Silva, filho mais novo de Seu Augustinho e Dona Marciana. Nino Werá também é um dos dois presidentes do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro – CEDIND, representando os indígenas aldeados. O outro presidente do CEDIND é o Cacique Carlos Tukano, que representa os indígenas em contexto urbano.

Nascido na terra indígena Mangueirinha, no município de Mangueirinha, no interior do Paraná, o Cacique Augustinho, após se deslocar com sua família por várias cidades do sul do Brasil e pela Argentina e Paraguai, chegou ao Rio de Janeiro no início da década de 1990 e se instalou na Aldeia Sapukai, na cidade de Angra dos Reis.

Após algum tempo vivendo em Angra dos Reis, reuniu

sua família e mudou-se para a Aldeia Araponga, cuja liderança era então o cacique Alcides. Com a morte do cacique Alcides e a posterior saída de sua família da aldeia, Seu Augustinho foi escolhido como novo cacique. Nessa mesma época, estava em andamento o processo de demarcação das Aldeias Araponga e Paraty-Mirim, concluído em 1995.

À época em que o Cacique Alcides se ancestralizou, havia muito alcoolismo no território indígena. Por insistência de sua esposa, que gostaria de ver construída uma opy (casa de rezo) na aldeia, Seu Augustinho aceitou a incumbência de liderar a comunidade, porém estabeleceu um série de condições, dentre elas que fosse proibido jogar carta, ingerir bebida alcoólica, fumar “cigarro de branco”, e que se mantivesse a tradição do Nhemongara'l (cerimônia de batismo Guarani) e o plantio do milho.

Diante dessas condições, mais famílias acabaram saindo da aldeia. É por isso que, atualmente, os moradores da aldeia são praticamente todos parentes por parte de pai ou de mãe de Seu Augustinho e de Dona Marciana.

A opy é a construção principal, espaço sagrado para realização das rezas, e é também morada do Cacique Augustinho e Dona Marciana. É na opy que recebem os visitantes juruá (não indígenas).

Cada núcleo familiar tem sua própria casa, construída no modelo tradicional com madeira e barro. Ao lado das casas, é possível encontrar pequenas roças, principalmente de frutas. A aldeia conta, também, com uma escola, um posto de saúde e dois banheiros coletivos.

Contatos e Informações



Aldeia Araponga:

Cacique Augustinho

Telefone: 24981223397



Apesar das dificuldades, a Aldeia Araponga mantém suas tradições, cultivando o milho e produzindo seus alimentos típicos. O awaxi (milho sagrado) tem importância vital na Cosmologia Guarani: "é semente que Nhanderu trouxe de sua morada e entregou ao povo Guarani para plantar, colher e dar o nome indígena". Os Guarani Mbya são agricultores por herança e profundos conhecedores dos ciclos da terra, da lua, das plantas e das sementes.

As práticas agrícolas, porém, não garantem a subsistência da comunidade, principalmente pelo fato de a aldeia estar em um terreno muito rochoso e pelas restrições impostas pela legislação ambiental, que proíbe ou restringe a expansão dos roçados devido ao território indígena estar localizado no Parque Nacional da Serra da Bocaina, que é uma área de proteção ambiental permanente.

Com isso, os indígenas vivem uma delicada situação de insegurança alimentar, dependendo de doações, como as cestas básicas fornecidas por organizações da sociedade civil e igrejas.

Além de contar com o auxílio do programa Bolsa Família e da venda de artesanatos, a comunidade tem feito algumas atividades de etnoturismo, como forma de gerar recursos e também divulgar sua cultura ancestral.

Aldeia Itaxim – Terra Indígena Paraty-Mirim (Tekoa Itaxim Mirim – povo Guarani Mbya)

A Aldeia Guarani Mbya Itaxim fica na estrada Paraty-Mirim, a 3.5 km da praia de Paraty-Mirim. Ocupa uma área de 79 hectares, onde em 2022 moravam aproximadamente 180 pessoas, segundo o Censo do IBGE. Teve seu processo demarcatório concluído em 1995, no mesmo ano do processo demarcatório da Aldeia Araponga.

Como em todo o litoral do estado do Rio de Janeiro, os Guarani vinham se deslocando e ocupando toda a Costa Verde há séculos. Há registros históricos da presença de indígenas Guarani na região há mais de 100 anos (inclusive em Paraty-Mirim e no Saco do Mamanguá, onde fica a Aldeia Arandu Mirim), embora somente em 1972, com a abertura da Rodovia Rio-



Santos, essas comunidades indígenas tenham sido oficialmente "redescobertas" pelo Governo Federal, que as tinha declarado extintas no Rio de Janeiro desde 1888.

Foi, no entanto, na década de 1950 que o movimento migratório para a região se intensificou, com a chegada de várias famílias Guarani à Costa Verde, vindas principalmente do Paraná e Santa Catarina.

Uma das grandes lideranças no processo de consolidação da Aldeia Itaxim foi Seu Miguel Benites (Karai Tataxi). Vindo com sua família de um processo de deslocamento que se originou no oeste do Paraná, Seu Miguel chegou ao sul fluminense em princípios da década de 1990, instalando-se primeiro na aldeia Sapukai, em Angra dos Reis, mais tarde em Araponga e, por fim, reocupando a área de Paraty- Mirim, que, após um processo

conflituoso de demarcação e saída dos posseiros, foi homologada em 5 de janeiro de 1996.

O xeramõi Miguel Benites ancestralizou-se em 02/05/2021, aos 121 anos. Atualmente, a aldeia é liderada pelo seu filho, Cacique Pedro Karai Mirim Benites, que chegou à Paraty-Mirim em 1994, juntamente com seu pai.

Contatos e Informações



Aldeia Itaxim:

Cacique Pedro Mirim

Telefone: 24998431921

Estrada Paraty-Mirim, s/n – Paraty-

Mirim – Paraty

(24) 3371-4047

E-mail: acigua@gmail.com

Cacique Pedro é irmão do Cacique Roque, liderança da Aldeia Guarani Mbya Arandu Mirim, que fica no Saco do Mamanguá, em área próxima à Paraty-Mirim.

A comunidade indígena planta feijão, milho, mandioca, batata-doce, cana e verduras para consumo próprio.

A aldeia abriga a Escola Estadual Guarani Tava Mirim, que aplica um método de ensino bilíngue, em português e guarani. A música e a cultura também têm sido muito valorizadas pelas crianças e jovens, que desde muito pequenos participam do Coral Guarani da aldeia, onde aprendem os cantos tradicionais e a tocar instrumentos como violino, rabeca, violão e maracá.

O artesanato Guarani é bastante conhecido pelos cestos de palha multicoloridos, mas na Aldeia Itaxim são produzidos muitos outros trabalhos artesanais, como adereços com contas e penas e animais talhados em madeira, à venda na aldeia ou nas lojas e ruas do Centro Histórico, especialmente nos finais de semana.

O acesso à aldeia é por estrada asfaltada. Os indígenas recebem grupos de visitantes, porém é preciso agendar, combinando roteiro e preço. No passeio guiado, que dura cerca de duas horas, é feita uma pequena palestra introdutória e em seguida é mostrado o cotidiano, um pouco da cultura indígena e o rico artesanato, contando também com uma apresentação musical do coral composto principalmente por jovens que, para além da voz, utilizam violino e violão.

Aldeia Arandu Mirim (Tekoha Arandum Mirim - povo Guarani Mbya)

A Aldeia Arandu Mirim fica no Saco do Mamanguá. Apesar da existência de registros históricos da presença dos Guarani na região, inclusive tendo sido morada da liderança Maria Tataxi e sua família em meados da década de 1950, essa aldeia é fruto de uma Retomada liderada por Roque Benites, atual cacique, que foi iniciada no início dos anos 2000, apesar de toda a pressão exercida pela especulação imobiliária e turística e por posseiros da região.

O Cacique Roque é irmão do Cacique Pedro, da Aldeia Itaxim, sendo ambos filhos da histórica liderança Guarani, o Cacique Miguel Benites.



Moram atualmente na Aldeia Arandu Mirim quatro famílias. Devido à proximidade com a Aldeia Itaxim e às relações de parentesco, existe um intercâmbio constante e intenso entre elas, sobretudo no que diz respeito à coleta de matéria prima e manejo dos recursos naturais presentes na área do Saco do Mamanguá.

Cacique Roque tem se dedicado ao cultivo do avaxi ete (o milho tradicional Guarani) e a compartilhar sementes com outras aldeias do litoral.

O território da Aldeia Arandu Mirim não está demarcado, embora o processo de reconhecimento da área tenha se iniciado em 2008, com a constituição pela FUNAI de Grupo Técnico para realização de estudo de Identificação e Delimitação dessa terra indígena ancestral.

Contatos e Informações



Aldeia Arandu Mirim:

Cacique Roque

Telefone: 24999438494



Aldeia Rio Pequeno (Tekoha Djey - povo Guarani Nhandeva)

A Aldeia Indígena Rio Pequeno (Tekoha Djey) é uma comunidade Guarani Nhandeva, em área de retomada, situada no Rio Pequeno, em Paraty, onde vivem 14 famílias, com aproximadamente 35 pessoas. As lideranças da aldeia são o Cacique Demércio, sua esposa Dona Teóphila e sua filha Neusa Kunhã Takuá, que é Vice-Cacique.

A ocupação desse território pelo povo Guarani é secular e as reações violentas contra sua presença na região são documentadas desde a década de 1950, quando grileiros e fazendeiros expulsaram a liderança Maria Tataxí Yvy Rete (Maria das Caieiras) e sua família da região, iniciando o processo de invasão desse tradicional território indígena do povo Guarani.

Desde então, os Guarani vêm resistindo e lutando por sua vida e seu território, o que ganhou força com o retorno do Cacique Demércio Nhandeva e sua família às terras de seus ancestrais, no final da década de 1980.

Após muita resistência da comunidade indígena, que sofre historicamente com ameaças e violências por parte de fazendeiros, empresários, grileiros e posseiros da região, os Guarani Nhandeva conseguiram, em 2017, a identificação e delimitação pela FUNAI de uma área de 2.370 hectares.

No entanto, dessa área total de 2.370 hectares delimitada pela FUNAI, a comunidade ocupa apenas 8 hectares, uma vez que o restante do seu território está invadido por fazendas, empreendimentos turísticos e condomínios de luxo. O mais gritante é o fato de que a Aldeia Rio Pequeno, além de ser território indígena sob tutela federal, fica na área do Parque Nacional da Bocaina, área de proteção ambiental onde não poderia haver nenhuma dessas atividades econômicas e tipos de construção feitas pelos invasores juruá (não indígenas) ao longo das últimas décadas.

Com a publicação do decreto de delimitação do território em 17 de abril de 2017, torna-se urgente que União finalize o processo demarcatório. Para isso, agora é preciso que o Ministério da Justiça declare a mesma como posse dos Guarani e,



consequentemente, haja a homologação por parte da presidência da República.

Após a demarcação do território indígena da Aldeia Rio Pequeno, a União terá ainda que realizar a desintrusão da área total de 2.370 hectares. A desintrusão de terras indígenas é a ação de remover pessoas que ocupam ilegalmente uma área indígena. O objetivo é proteger os indígenas e garantir o seu direito de uso da terra, conforme estabelecido na Constituição

Os ataques, invasões e constantes ameaças de morte contra os indígenas Guarani Nhandeva que vivem no local se intensificaram a partir de 2017, quando o território indígena foi reconhecido e teve sua área delimitada pela FUNAI. Nessa escalada recente de violência, o fato mais grave foi o assassinato do Vice-Cacique e filho do Cacique Demércio, João Mendonça Martins, em 2018, durante conflito com fazendeiros e posseiros. Após a sua morte, a aldeia decidiu nomear Neusa Kunhã Takuá, também conhecida como Neusa Guarani, como Vice-Cacique no lugar de seu irmão João.





Em 2020, a Aldeia Rio Pequeno foi alvo de novos ataques, e a Vice-Cacique Neusa passou a ser alvo de várias ameaças de morte, estando inserida desde então no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

Em janeiro de 2023, a Aldeia sofreu nova tentativa de invasão, com novas ameaças de morte contra suas lideranças, o que fez com que o Ministério Público Federal propusesse uma Ação Civil Pública para obrigar a FUNAI e ao Governo do Estado a coordenar ações para encerrar a escalada de violência na região. Apesar dessa iniciativa, muito pouco foi feito pelo poder público para dar um basta às ameaças que a comunidade Guarani Nhandeva vem sofrendo nas últimas décadas.

Mesmo com todas as dificuldades, a comunidade está organizada e cada vez mais vem investindo no seu fortalecimento cultural, no reflorestamento de sua área e na preservação do que resta da Mata Atlântica nesse lindo pedaço da Serra da Bocaina.

Saiba mais sobre o assunto



Para saber mais, assista no canal de Youtube do Instituto Terra Verde a entrevista da **Vice-Cacique Neusa Guarani**

Aldeia Rio Pequeno / Tekjoha Djey:

**Vice-Cacique Neusa Kunhã Takuá/
Neusa Guarani**

Instagram: [@neusaguarani](#)

Telefone: 24999465673

Site: www.aldeiariopequeno.org.br

Instagram: [@tekohadje](#)

Email: contato@aldeiariopequeno.org.br

Telefone:(24)

99867-2017/99946-5673



Os Guarani de Maricá

Capítulo 4

Na cidade litorânea de Maricá, localizada na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, existem duas aldeias Guarani Mbya: a Aldeia Mata Verde Bonita (Tekoha Ka'Aguy Hovy Porã), na Restinga, sem território demarcado, e a Aldeia Céu Azul (Tekoha Ara Hovy), em Itaipuaçu, em área privada própria, que foi doada à comunidade indígena.

Conforme já exposto anteriormente, é a busca do *yvy marãey*, a "terra sem males", o elemento central da Cosmovisão Guarani, que, ao longo dos séculos, vem impulsionando os movimentos migratórios e seus constantes deslocamentos por todo o litoral brasileiro, em especial nas regiões sul e sudeste.



São os Mbya, dentre os grupos Guarani, que vêm ocupando com continuidade áreas por todo o litoral atlântico brasileiro, inclusive todo o litoral fluminense, há pelo menos 2000 anos. Além do motivo comum – a busca da terra sem males (yvy marãey) –, a sua expulsão de quase todos seus territórios originários é mais um fator que faz com que comunidades indígenas inteiras sejam obrigadas a migrar para outras áreas, na tentativa de recuperar pequenas parcelas de suas terras ancestrais.

A presença de comunidades indígenas em Maricá é mais um capítulo nessa verdadeira saga do povo Guarani em busca de uma “terra sem males” no litoral

fluminense, para poder “viver em paz e criar as crianças com saúde”.

Atualmente, o ideal do Yvy Marãey ganhou uma nova dimensão, que é a luta pela demarcação e preservação das terras indígenas ocupadas.

Aldeia Mata Verde Bonita (Tekoa Ka'Aguy Hovy Porã – povo Guarani Mbya)

Há mais de 11 anos, a Aldeia Mata Verde Bonita (Tekoa Ka'Aguy Hovy Porã), do povo Guarani Mbya, está instalada na Restinga de Maricá, no bairro de São José, na cidade de Maricá - RJ, em uma área de 93 hectares,



cedida pela prefeitura da cidade em 2013, onde vivem aproximadamente 200 pessoas.

A Aldeia se instalou em Maricá a convite do então prefeito Washington Quaqué, em junho de 2013, já que a comunidade indígena vinha sendo pressionada pela especulação imobiliária a deixar a área onde vivia há 5 anos, numa região repleta de sambaquis e cemitérios indígenas datados com mais de 2000 anos, no valorizado bairro de Camboinhas, na cidade de Niterói – RJ. Uma construtora pretendia erguer um empreendimento imobiliário no local onde viviam os indígenas, que, por isso, praticamente foram expulsos de Niterói, chegando a sofrer ameaças e ter grande parte de suas casas destruídas por um incêndio criminoso alguns anos antes.

Antes de se instalar em Niterói, onde chegou em março de 2008, essa comunidade indígena já havia vivido por cerca de 15 anos na Aldeia Paraty-Mirim (Tekoha Itaxim), em Paraty - RJ, e, anteriormente, já havia vivido e se deslocado por várias cidades e territórios do sul do país, de onde são provenientes.

Pode-se dizer que a história da Aldeia Mata Verde Bonita, assim como a de muitas Aldeias Guarani Mbya, se conjuga com a história de um casal, no presente caso Dona Lidia Nunes (Para Poty) e Seu Pedro Oliveira que, liderando seu grupo familiar, parte em processo migratório pelo litoral brasileiro, deslocando-se de tempos em tempos, até encontrar sua "terra sem

males" no Rio de Janeiro há mais de três décadas: primeiro em Paraty, depois em Niterói e, desde 2013, em Maricá.

Seu Pedro se ancestralizou em 09/01/2021, mas a xejary (anciã) Dona Lídia, nascida em 03/08/1927, continua a liderar a aldeia até os dias atuais, desempenhando os papéis de pajé e matriarca. Também são lideranças da Aldeia Mata Verde Bonita a Cacica Jurema Nunes, além de um colegiado de lideranças composto por Tupa Darci, Amarildo Karai Yapua, Luciana Para Poty, Miguel Vera Mirim e Suzana Paraí.

Entretanto, logo após o estabelecimento da Aldeia Mata Verde Bonita em Maricá, uma empresa multinacional espanhola passou a contestar a ocupação do local cedido pela prefeitura à comunidade indígena, alegando ser a proprietária da área.

De 2013 para cá, a comunidade Guarani se organizou socialmente, construiu suas moradias, sua casa de rezo, seu cemitério. E lá já nasceram várias crianças, chegando atualmente a mais de 200 moradores.

A prefeitura de Maricá sempre apoiou a Aldeia, seja com a instalação de uma escola e um posto de saúde, seja com o cadastramento dos moradores para receber a moeda social Mombuca.

Acontece que nesses mais de 11 anos em Maricá, a comunidade indígena nunca recebeu qualquer





documentação de sua área, embora sempre tenha havido manifestações oficiais públicas por parte da prefeitura de Maricá e da FUNAI, afirmando o compromisso em manter a Aldeia onde está e dar a titulação da terra aos indígenas.

A falta da titulação de sua terra vem gerando ameaças à Aldeia, como um incêndio criminoso provocado em fevereiro de 2019, que por pouco não atingiu algumas casas.

A situação de apreensão na comunidade indígena se agravou em abril de 2023, quando o grupo espanhol iniciou as obras para construção do resort Maraey a poucos metros da terra indígena. A tensão na área estava crescente, com funcionários do grupo espanhol chegando a invadir o cemitério indígena, solo sagrado do povo Guarani, para fazer um levantamento topográfico. Isso gerou protestos e uma tentativa de paralisação das obras do resort por um grupo de pessoas da comunidade. Além disso, os indígenas alegam que representantes do grupo estavam pressionando as lideranças da Aldeia a saírem de onde vivem, sob o argumento de que teriam um projeto para construir na praça central da Aldeia a estação de esgoto do resort. Mais uma vez, a comunidade indígena se viu ameaçada de perder suas terras sob a pressão da especulação imobiliária.

O mais irônico é que o nome do empreendimento que se pretende construir em mais de 800 hectares na área de proteção ambiental da restinga de Maricá, Resort Maraey, foi dado pelo grupo espanhol com base na apropriação cultural de um elemento essencial da Cosmologia Guarani, que vem a ser a busca pela "terra sem males", o "yvy marãey", onde não haveria

fome, guerras ou doenças. Apropriam-se dos mitos e da cultura dos Guarani e agora querem expulsar os mesmos Guarani de sua Aldeia, para lá ser construída a estação de tratamento de esgoto do resort "Terra sem Males". É lamentável perceber que pouca coisa mudou no Brasil nesses 524 de exploração, expropriação, massacre e genocídio indígena.

Felizmente, em maio de 2023, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin determinou a paralisação imediata das obras de construção do Resort Maraey, para evitar danos imediatos ao ecossistema da região e prejuízos às comunidades tradicionais. Na decisão cautelar, o ministro também suspendeu as autorizações e os licenciamentos da obra concedidos em favor da construtora IDB Brasil pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo município de Maricá. Essa decisão, apesar de provisória, está em vigência até a presente data, podendo, no entanto, vir a ser futuramente modificada.

Recentemente, no mês de março de 2024, a comunidade indígena deu início à retomada da área da Lagoa de São Bento (Lagoa de São José) como parte integrante da Aldeia Mata Verde Bonita. Movimento que gerou novas pressões e agressões contra a comunidade indígena.

No dia 26/03/2024, a FUNAI instalou placa indicando que a localidade onde está a Aldeia é território indígena e, portanto, terra protegida com acesso interdito a pessoas estranhas. Inconformados, prepostos da empresa espanhola invadiram o território da Aldeia, questionando a legalidade da instalação da placa da FUNAI, ameaçando a integridade física dos indígenas, tirando fotos e filmando as pessoas. No dia 07/06/24,



a área de vegetação onde estava a placa da FUNAI sofreu um incêndio criminoso.

Em 09/08/24, Dia Nacional dos Povos Indígenas, a casa da liderança Tupa Darci Nunes de Oliveira e sede do Instituto Nhandereko, fundado para defender os interesses da comunidade da Aldeia Mata Verde Bonita, foi alvo de incêndio criminoso. Este não é o primeiro atentado criminoso contra a liderança Tupa, que inclusive já sofreu ameaças de morte, estando, por essa razão, inserido no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos do Governo Federal.

O clima de tensão é grande na região. Torna-se urgente fortalecer essa comunidade Guarani Mbya de Maricá, ajudando a defender a vida de suas lideranças e a demarcação de seu território.

As lideranças indígenas são categóricas em dizer que não querem sair de onde vivem. E estão apelando a todos as pessoas sensíveis à causa dos povos originários a dar visibilidade a essa ameaça ao seu território e a somar esforços na busca por uma solução definitiva. A Aldeia quer permanecer onde está e que a FUNAI promova urgentemente o processo de demarcação e titulação de suas terras.

Apesar de todas as dificuldades e violências sofridas, são os indígenas da Aldeia Mata Verde Bonita que, com seus conhecimentos tradicionais, espiritualidade e sua língua tradicional, transmitidos de geração a geração, vêm fortalecendo sua cultura ancestral e têm protegido os trechos ainda vivos da Mata Atlântica na Restinga de Maricá.

Saiba mais sobre o assunto



Para saber mais, assista no canal de Youtube do Instituto Terra Verde as entrevistas da **Cacica Jurema Nunes** e da liderança **Miguel Vera Mirim**

Contatos e Informações



Aldeia Mata Verde Bonita

Cacica Jurema Nunes

Telefone: (21) 96715-4271

Jorge Tupa Mirim

Telefone: (21) 99530-4930

Miguel Vera Mirim

Instagram: @miguelvera1430

Telefone: (21) 99885-4261



Aldeia Céu Azul (Tekoa Ara Hovy – povo Guarani Mbya)

Há mais de 10 anos, a Aldeia Céu Azul (Tekoa Ara Hovy) do povo Guarani Mbya está instalada no loteamento Morada das Águias, na região conhecida como Barroco, no distrito de Itaipuaçu do município de Maricá - RJ, em uma área privada própria, que foi doada a Alberto Alvares Tupã Ra'y, cineasta e professor de Guarani da Universidade Federal Fluminense – UFF, que resolveu

compartilhá-la com a comunidade indígena, o que foi formalizado em 2014. Na aldeia, vivem 12 famílias num total de aproximadamente 40 indígenas.

A história da Aldeia Céu Azul, assim como a da Aldeia Mata Verde Bonita e de muitas outras Aldeias Guarani Mbya, está ligada à história de um casal. Nesse caso, Seu Félix Karai Mirim e dona Catarina Kerexu, que, liderando seu grupo familiar, partiram das terras Guarani do sul do país, deslocando-se de tempos em tempos, percorrendo várias terras indígenas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, até encontrarem sua “terra sem males” no Rio de Janeiro há mais de uma década, em Maricá.

No documentário “Caminhos do Tempo”, de Alberto Alvares Tupã Ra’y, filmado na Aldeia Céu Azul em 2017, a xejary (anciã) Catarina Kerexu fala sobre a vida em Maricá, sua “terra sem males”:

“Estou muito feliz aqui. Depois de morar no Espírito Santo, viemos pra cá porque lá tinha pouca mata e poucas plantas. Meus netos se sentem bem aqui, a cada dia acordamos e amanhecemos bem. Ninguém adoce, as crianças estão com saúde”, diz com um riso alegre e expressivo, explicando que Nhanderu iluminou o caminho até a aldeia “para alegrar o nosso espírito. Por isso nós viemos na caminhada em direção ao nascer do sol. A nossa alma gosta mais de viver onde o sol nasce”.

Assim que começaram as medidas mais restritivas contra a Covid, em 2020, dona Catarina retornou ao Espírito Santo. Foi internada na UTI com o coronavírus e, em 22/07/2021, se ancestralizou. Abatido pela tristeza da perda de sua companheira de uma vida toda, o já nonagenário Cacique Félix ficou doente e deixou a Aldeia que fundou, voltando para o Espírito Santo. Em seu lugar, assumiu a liderança da aldeia como novo cacique o seu genro, Vanderlei Weraxunu.

Apesar da beleza do local e das benfeitorias realizadas, como a construção da casa de reza (opy) e da escola, a vida na aldeia é difícil, principalmente no que diz respeito à segurança alimentar. O solo na aldeia é muito pedregoso e ruim para plantação e, como estão na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra da Tiririca, área de preservação ambiental, a comunidade não pode abrir espaços na mata para plantar nem caçar. Com isso, a comunidade acaba sobrevivendo de doações e do recebimento de benefícios sociais, como Bolsa Família e a Moeda Mumbuca, implantada pela prefeitura de Maricá.

Diante desses desafios, o Cacique Vanderley Weraxunu vem, desde 2023, conduzindo tratativas com a prefeitura de Maricá para o reassentamento da Aldeia Céu Azul em uma área cedida no bairro do Espriado, onde fica a Fazenda Pública Joaquim Piñero, que se

tornará a primeira reserva indígena municipal do país. A ideia é que a nova Aldeia tenha 13 casas, uma cozinha comunitária e um centro de atividades culturais, que estão sendo construídos pelos próprios indígenas, com apoio de funcionários do município de Maricá, utilizando-se de técnicas próprias da cultura Guarani.

Trata-se de um processo único de atuação do poder público com a comunidade indígena. Essa ação da prefeitura de Maricá garante o direito à moradia e à manifestação cultural aos Guarani Mbya da Aldeia Céu Azul. A ida da Aldeia para uma área apropriada, em que ela poderá desenvolver todo o seu potencial cultural, acaba sendo importante para toda a população. A construção de um território indígena por município é algo que não existe em qualquer outro local no país.

Ocorre, contudo, que a entrega da nova Aldeia estava prevista para dezembro de 2023, porém até o momento, quase um ano depois, as obras não estão concluídas, o que vem causando grande indefinição e apreensão na comunidade indígena que, além das obras, espera a entrega da titulação da nova área pela prefeitura de Maricá.

Em entrevista ao site do “Observatório da Presença Indígena no Estado do Rio de Janeiro – OPIERJ”, no final de 2023, o Cacique Vanderlei relata:

“Enquanto não tiver o papel na nossa mão e a gente não estiver lá, não vamos conseguir ficar em paz. Eu acho que o Cacique Félix adoeceu também por isso, porque a gente não tem uma terra nossa para viver e trabalhar em paz”.

Para além do atraso nas obras da nova Aldeia, a comunidade indígena vem enfrentando um novo desafio: o movimento de alguns moradores vizinhos ao território, que vêm se colocando contrários à ida dos Guarani para a região, utilizando-se de argumentos racistas e higienistas. Apesar de minoritário, esse movimento anti-indígena vem fazendo bastante barulho, tentando intimidar os gestores municipais e ofendendo a integridade moral da comunidade Mbya.

É urgente fortalecer essa comunidade Guarani Mbya de Maricá, com a conclusão pela prefeitura das obras e a formalização da documentação da nova área. É fundamental, ainda, que sejam cessadas e punidas as práticas criminosas de racismo que vêm sendo praticadas contra os indígenas.

Contatos e Informações



Aldeia Céu Azul

Cacique Vanderley Weraxunu

Telefone: (21)99816-5415





Os Pataxó de Paraty

Aldeia Iriri Kanã Pataxi Üi Tanara

Capítulo 5

Desde 2016, a Aldeia Iriri Kanã Pataxi Üi Tanara, do povo Pataxó Hã Hã Hae, está localizada no Iriri, nas margens da Rodovia Rio-Santos, a aproximadamente 30 Km do Centro de Paraty. São aproximadamente 70 moradores que vivem em uma área de 70 hectares.

A Aldeia Iriri Kãnã Pataxi Üi Tanara, cujo significado é “minha aldeia é a natureza”, possui uma beleza natural incrível. Estabelecida em uma área preservada da Mata Atlântica, no território da Aldeia fica a linda e limpa Praia do Iriri e a Cachoeira Iriri que, além de várias quedas d’água, possui um poço profundo com águas cristalinas.



Além das belezas naturais muito preservadas pela comunidade indígena, a Aldeia também preserva e compartilha sua cultura ancestral, seus conhecimentos, mantendo, assim, vivas as suas tradições. Na oca central da Aldeia, é comum a realização de rodas de conversas, apresentações culturais e rituais indígenas com as Medicinas da Floresta.

A comunidade Pataxó, que é originária do estado da Bahia, deslocou-se até a região sudeste no início dos anos 2000, tendo inicialmente se estabelecido em Angra dos Reis, no Parque Mambucaba. Foi somente no dia 16 de março de 2016, que a comunidade indígena ocupou o território onde reside atualmente.

Segundo o Cacique Hãgui Pataxó, liderança da Aldeia, foram os guias espirituais indígenas que indicaram o novo território a ser ocupado, pelo fato de lá ter sido uma importante Aldeia dos Tupinambás no passado, quando estes habitavam praticamente todo o litoral do Rio de Janeiro antes de serem expulsos pelos invasores ao longo dos séculos. É, portanto, um lugar sagrado para os Pataxó, indicado pelos seus ancestrais para preservação do povo e de suas tradições.

Merece destaque que a comunidade indígena se autodenomina Pataxó, da etnia Hã Hã Hãe. Tal nomenclatura deve-se ao significado "mistura de povos" em razão da junção principal da linhagem

Pataxó com a Tupinambá e também com as etnias Baenã, Kamakã, TKariri-Sapuyá e Gueren.

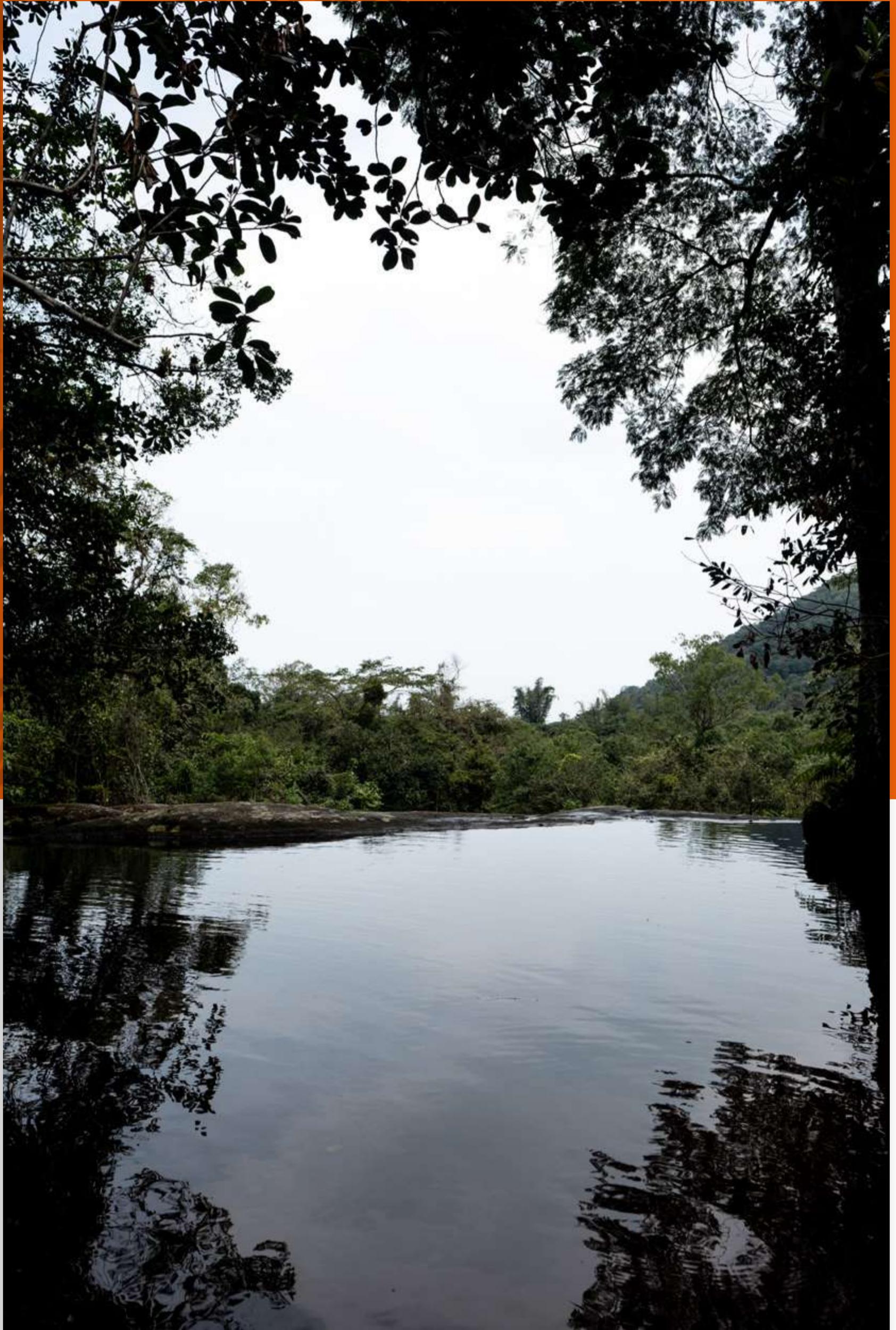
A negociação para que a Aldeia fosse reconhecida e tivesse direito à permanência na terra ocorreu entre a FUNAI e o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência do Ministério Público e dos órgãos de controle e fiscalização ambiental. O atual território indígena Pataxó Hã Hã Hãe, que fica em área de preservação ambiental do Parque Nacional da Serra da Bocaina, estava sendo disputado por empresários que pretendiam construir um resort no local, o que poderia causar graves danos ambientais e também iria impedir o acesso de toda a população às belezas da Praia e da Cachoeira do Iriri.

O Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) está em processo avançado de formalização da área para a comunidade indígena Pataxó, para que esta possa continuar atuando como grande protetora desse exuberante trecho de Mata Atlântica no litoral de Paraty.

A Aldeia Pataxó recebe de braços abertos todos os visitantes, que terão oportunidade de conhecer um território indígena com lindas belezas naturais e com cultura preservada. É preciso, no entanto, agendar a visita à aldeia.













Saiba mais sobre o assunto



Para saber mais, assista no canal de Youtube do Instituto Terra Verde a entrevista do **Cacique Hãgüi Pataxó**



Contatos e Informações

Instagram: [@pataxoparaty_oficial](#)

Cacique Hãgüi Pataxó

Instagram: [@cacique_hagui](#)

Telefone: 24 999292823

Apohinã Pataxó

(24) 99228-5375

Instagram: [@arassari_pataxo](#)



Indígenas em contexto urbano (não aldeados)

Capítulo 6

Do início da colonização portuguesa aos dias de hoje, diversas fontes comprovam que indígenas nunca deixaram de estar presentes nos centros urbanos. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, muitos bairros (e a própria palavra “carioca”) têm uma raiz indígena, isso sem falar que muitos dos seus mais famosos monumentos, como os Arcos da Lapa e Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, foram construídos por mão de obra escrava indígena.

O Censo do IBGE de 2022 demonstrou que, dos quase 17.000 indígenas que moram no estado do Rio de Janeiro, 96,82% vivem nas cidades. Estão localizados em 87 das 92 cidades, com maior concentração na



Região Metropolitana, em especial na Capital, Duque de Caxias, São Gonçalo, Niterói e Nova Iguaçu.

Conforme já mencionado anteriormente, mesmo que o IBGE ainda não tenha divulgado dados sobre diversidade étnica indígena com base no Censo de 2022, o levantamento de 2010 já apontava que o estado do Rio de Janeiro possuía uma grande pluralidade de povos, com 127 grupos étnicos e 26 línguas. Poucos são os estados com tamanha diversidade étnica como o Rio de Janeiro.

Porém, mesmo com tamanha diversidade, a presença de indígenas nas cidades do Rio de Janeiro ainda gera

muito estranhamento, racismo e preconceito por parte da população, por conta da ignorância histórica das pessoas e pela reprodução de estereótipos na mídia, na literatura e até mesmo nas escolas.

Muita gente ainda acredita que indígenas vivem somente nas florestas. Isto é reforçado pelo fato de que muitas cidades se formaram sobre territórios indígenas, apagando os limites físicos entre aldeia e cidade e reforçando a ideia de que o lugar destes povos é fora das áreas urbanas.

O deliberado apagamento histórico, a invisibilização como estratégia de retirada de territórios e direitos dos

População indígena por município

| Município | Pop. indígena | Pop. total | % |
|-----------------------------|---------------|------------|------|
| Angra dos Reis | 704 | 167.434 | 0,42 |
| Aperibé | 8 | 11.034 | 0,07 |
| Araruama | 162 | 129.671 | 0,12 |
| Areal | 8 | 11.828 | 0,07 |
| Armação dos Búzios | 105 | 40.006 | 0,26 |
| Arraial do Cabo | 62 | 30.986 | 0,20 |
| Barra do Pirai | 84 | 92.883 | 0,09 |
| Barra Mansa | 75 | 169.894 | 0,04 |
| Belford Roxo | 242 | 483.087 | 0,05 |
| Bom Jardim | 19 | 28.102 | 0,07 |
| Bom Jesus do Itabapoana | 33 | 35.173 | 0,09 |
| Cabo Frio | 351 | 222.161 | 0,16 |
| Cachoeiras de Macacu | 44 | 56.943 | 0,08 |
| Cambuci | 4 | 14.616 | 0,03 |
| Carapebus | 16 | 13.847 | 0,12 |
| Comendador Levy Gasparian | 5 | 8.741 | 0,06 |
| Campos dos Goytacazes | 363 | 483.540 | 0,08 |
| Cantagalo | 7 | 19.390 | 0,04 |
| Cardoso Moreira | 9 | 12.958 | 0,07 |
| Carmo | 5 | 17.198 | 0,03 |
| Casimiro de Abreu | 59 | 46.110 | 0,13 |
| Conceição de Macabu | 19 | 21.104 | 0,09 |
| Cordeiro | 4 | 20.783 | 0,02 |
| Duas Barras | - | 10.980 | 0,00 |
| Duque de Caxias | 834 | 808.161 | 0,10 |
| Engenheiro Paulo de Frontin | 10 | 12.242 | 0,08 |
| Guapimirim | 43 | 51.696 | 0,08 |
| Iguaba Grande | 34 | 27.920 | 0,12 |
| Itaboraí | 252 | 224.267 | 0,11 |
| Itaguaí | 171 | 116.841 | 0,15 |
| Italva | - | 14.073 | 0,00 |
| Itaocara | 5 | 22.919 | 0,02 |
| Itaperuna | 75 | 101.041 | 0,07 |
| Itatiaia | 72 | 30.908 | 0,23 |
| Japeri | 40 | 96.289 | 0,04 |
| Laje do Muriaé | 2 | 7.336 | 0,03 |
| Macaé | 337 | 246.391 | 0,14 |
| Macuco | - | 5.415 | 0,00 |
| Magé | 212 | 228.127 | 0,09 |
| Mangaratiba | 206 | 41.220 | 0,50 |
| Maricá | 357 | 197.277 | 0,18 |
| Mendes | 24 | 17.502 | 0,14 |
| Mesquita | 115 | 167.127 | 0,07 |
| Miguel Pereira | 21 | 26.582 | 0,08 |
| Miracema | 13 | 26.881 | 0,05 |
| Natividade (RJ) | 25 | 15.074 | 0,17 |

Municípios do Rio de Janeiro

| | | | |
|----------------------|-------|-----------|------|
| Nilópolis | 198 | 146.774 | 0,13 |
| Niterói | 627 | 481.749 | 0,13 |
| Nova Friburgo | 132 | 189.939 | 0,07 |
| Nova Iguaçu | 563 | 785.867 | 0,07 |
| Paracambi | 32 | 41.375 | 0,08 |
| Paraíba do Sul | 12 | 42.063 | 0,03 |
| Paraty | 546 | 45.243 | 1,21 |
| Paty do Alferes | 36 | 29.619 | 0,12 |
| Petrópolis | 177 | 278.881 | 0,06 |
| Pinheiral | 12 | 24.298 | 0,05 |
| Piraí | 23 | 27.474 | 0,08 |
| Porciúncula | 18 | 17.288 | 0,10 |
| Porto Real | 17 | 20.373 | 0,08 |
| Quati | 10 | 13.682 | 0,07 |
| Queimados | 95 | 140.523 | 0,07 |
| Quissamã | 26 | 22.393 | 0,12 |
| Resende | 138 | 129.612 | 0,11 |
| Rio Bonito | 48 | 56.276 | 0,09 |
| Rio Claro | 11 | 17.401 | 0,06 |
| Rio das Flores | 1 | 8.954 | 0,01 |
| Rio das Ostras | 260 | 156.491 | 0,17 |
| Rio de Janeiro | 6.941 | 6.211.223 | 0,11 |
| Santa Maria Madalena | 8 | 10.232 | 0,08 |

| | | | |
|-------------------------------|-----|---------|------|
| Santo Antônio de Pádua(RJ) | 18 | 41.325 | 0,04 |
| São Francisco de Itabapoana | 21 | 45.059 | 0,05 |
| São Fidélis | 16 | 38.961 | 0,04 |
| São Gonçalo | 661 | 896.744 | 0,07 |
| São João da Barra | 8 | 36.573 | 0,02 |
| São João de Meriti | 258 | 440.962 | 0,06 |
| São José de Ubá | - | 7.070 | 0,00 |
| São José do Vale do Rio Preto | 22 | 22.080 | 0,10 |
| São Pedro da Aldeia | 148 | 104.029 | 0,14 |
| São Sebastião do Alto | - | 7.750 | 0,00 |
| Sapucaia | 6 | 17.729 | 0,03 |
| Saquarema | 95 | 89.559 | 0,11 |
| Seropédica | 96 | 80.596 | 0,12 |
| Silva Jardim | 20 | 21.352 | 0,09 |
| Sumidouro | 3 | 15.206 | 0,02 |
| Tanguá | 31 | 31.086 | 0,10 |
| Teresópolis | 135 | 165.123 | 0,08 |
| Trajano de Moraes | 8 | 10.302 | 0,08 |
| Três Rios | 35 | 78.346 | 0,04 |
| Valença | 47 | 68.088 | 0,07 |
| Varre-Sai | 12 | 10.207 | 0,12 |
| Vassouras | 22 | 33.976 | 0,06 |
| Volta Redonda | 165 | 261.563 | 0,06 |

Fonte: Censo IBGE 2022





indígenas e a ideia de aculturação, que pressupõe que um povo supostamente inferior é assimilado por outro supostamente superior, também reforçam a dificuldade por parte de um segmento da população urbana em compreender a presença de indígenas vivendo nas cidades, convivendo junto do restante da sociedade brasileira e resistindo para manter suas identidades culturais e étnicas.

Além de sofrerem muito racismo e preconceito por parte da população em geral, os indígenas em contexto urbano, que em sua maioria vive nas periferias e favelas,

sofrem com a falta de políticas públicas diferenciadas e o não reconhecimento de direitos fundamentais, como acesso à saúde, à educação, à moradia adequada e ao trabalho.

Essa falta de políticas públicas diferenciadas desconsidera ainda o grave fato de que a migração de indígenas para as cidades, voluntária ou forçada, em geral decorre da violação dos direitos, como nos casos em que é motivada pela expulsão dos territórios de origem, violência, insegurança econômica, ausência ou precariedade de serviços



básicos. Ou seja, a maioria dos indígenas que chegam às cidades está em situação de vulnerabilidade econômica e social, situação que acaba se agravando pela ausência de políticas públicas direcionadas às especificidades desse segmento da população.

A luta dos indígenas em contexto urbano é diária. Viver na "selva de pedra" muitas vezes exige coragem, resistência e resiliência. A cultura e espiritualidade são,

na maioria das vezes, o que mantém viva a identidade indígena nessa parcela da população originária que vive nas cidades.

A organização, a articulação e a criação de movimentos de luta e resistência indígenas têm sido fundamentais nesse processo de "aldeamento" das cidades e defesa de direitos.



Aldeia Marakanã e Aldeia Maracañã Vertical

Territórios indígenas
pluriétnicos na capital
do estado

Capítulo 7

A Aldeia Maracañã constitui um movimento pluriétnico de resistência e preservação das culturas dos povos indígenas, iniciado em 2006, em uma área ao lado do estádio do Maracanã, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, devido ao seu valor histórico para o indigenismo brasileiro.

Em 1953, o antropólogo Darcy Ribeiro criou o Museu do Índio. A sede ficava ao lado do estádio do Maracanã, onde funcionou a sede do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, primeiro órgão voltado para a questão indígena no país, fundado pelo Marechal Rondon em 1910, órgão antecessor da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, criada em 1967. Em 1978, o Museu



foi transferido para um casarão no bairro de Botafogo, onde permanece até hoje.

Após essa mudança, o espaço ficou abandonado e terminou em ruínas. Em 2006, a área foi ocupada por um grupo composto por 35 indígenas de 17 etnias diferentes que decidiu, após uma reunião ocorrida em um evento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, ocupar o antigo casarão, onde pretendia fundar o Instituto Tamoio dos Povos Originários. Alguns indígenas passaram a morar no espaço, para onde levaram suas famílias, enquanto outros tinham suas casas, mas faziam do prédio um lugar de luta e resistência.

Durante a preparação para a Copa do Mundo de futebol de 2014, o terreno foi requisitado pelo governo do estado à justiça, já que pretendia a derrubada do prédio como parte da revitalização do estádio do Maracanã, que receberia jogos da competição, entre elas a partida final.

Com o anúncio da intenção do governo em desocupar a área, indígenas e inúmeros movimentos populares resistiram. Mas, no dia 20 de março de 2013, os indígenas e ativistas dos direitos humanos que os apoiavam foram retirados do imóvel, depois de uma tumultuada e truculenta operação da polícia militar no local.



Após a desocupação da área pela polícia militar, houve uma divergência dentro do movimento dos indígenas que ocupavam o prédio do antigo Museu do Índio, que acabou se dividindo.

Aldeia Maracanã Vertical

Uma parte dos indígenas concordou com a proposta do governo do estado em reformar a sede do antigo museu para criar no local um Centro de Referência e Acolhimento da População Indígena. Esse grupo foi transferido para alojamentos provisórios em Jacarepaguá, na Zona Oeste da cidade, até ser definitivamente realocado, em 2015, em apartamentos do Programa "Minha Casa, Minha Vida", no bairro do Estácio, no terreno onde funcionou o Presídio Frei Caneca, que havia sido demolido em 2010.

Por exigência dos indígenas, todas as 20 famílias, representantes de diversas etnias, foram instaladas no mesmo prédio, o bloco 15, que logo ficou conhecido como "Aldeia Vertical".

Ainda em 2015, foi fundada na Aldeia Vertical a Associação Indígena Aldeia Maracanã - AIAM, tendo por objetivo "preservar, valorizar e difundir a cultura e os saberes indígenas; apoiando e lutando pelos direitos dos povos originários do Brasil". A AIAM é presidida atualmente por Marize Guarani, doutora em Educação pela UFF, professora de História da rede pública do estado do Rio de Janeiro e do município de Duque de

Caxias e militante histórica do Movimento Indígena do Rio de Janeiro, da Central Única dos Trabalhadores - CUT e do Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro - SEPE.

Além de diversas atividades de resistência e fortalecimento da causa dos povos originários realizadas na Aldeia Maracanã Vertical, lá também funciona o Museu da Cultura Puri, que realiza uma série de ações culturais e educativas.

Saiba mais sobre o assunto



Para saber mais, assista no canal de Youtube do Instituto Terra Verde a entrevista de **Marize Guarani**, presidente da Associação Indígena Aldeia Maracanã -AIAM

Aldeia Marakanã Vertical
Marize Guarani

Instagram: [@marize_guarani](#)
Telefone: (21) 980602848



Aldeia Marakanã (Tekohaw Marakà'nã)

A outra parte do movimento, liderada pelo Cacique José Urutau Guajajara, não aceitou a proposta do governo do estado e voltou a ocupar o local três anos depois, após o término dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, criando ali o movimento "Aldeia Marakanã Resiste", que defende a demarcação dos 14 mil e 300 metros quadrados da área, a criação e formalização da Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Maracanã e a restauração do antigo espaço para a criação de um Museu Vivo, que também funcionaria como Centro de Acolhimento Indígena.

Esse grupo, ao longo dos anos, estabeleceu no espaço a Tekohaw Marakà'nã, Aldeia Pluriétnica em contexto urbano, sede da Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Maracanã - UIPAM, que representa a resistência da ancestralidade indígena: um centro de produção, confluência e compartilhamento de saberes, ciências, tecnologias e conhecimentos tradicionais de diversos povos originários.

A Aldeia Maracanã é, sem dúvida, um importante espaço de resistência indígena no Rio de Janeiro, onde se estabelece uma ponte entre os saberes ancestrais e a sociedade, através de práticas sagradas, rodas de maracá, aulas de língua, cultura, bioconstrução, plantio, tear, artes gráficas, mostras de cinema indígena, visitação regular de alunos de escolas e universidades, entre outras.



Apesar de sua importância, a Aldeia Maracanã está sob ordem de despejo. Em outubro de 2024, a FUNAI e a Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), uma estrutura criada para tratar de questões relacionadas a disputas por terras, entraram no processo em apoio ao território. A Aldeia Marakanã Resiste!

Contatos e Informações



Aldeia Marakanã Vertical

Marize Guarani

Telefone: (21) 98060-2848

Instagram: @marize_guarani

Aldeia Marakanã

@tekohawmarakana



A Ressurgência do Povo Puri

Capítulo 8

O povo Puri é originário dos quatro estados da região sudeste do Brasil: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A extensão do território original ocupava áreas entre o Vale do Paraíba, a bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes, bem como parte da bacia hidrográfica do Rio Doce, o que incluía seu alto curso e a região do Rio Manhuaçu.

Pertence ao tronco linguístico Macro-Jê. A família linguística Puri é composta por três línguas: Puri, Koropó e Coroadó. As famílias linguísticas Puri e Tupi reúnem os povos historicamente mais importantes do Rio de Janeiro, que ocupavam vastas extensões



de seu território e contribuíram, decisivamente, para a formação étnica do povo fluminense.

Os primeiros registros históricos sobre os Puri datam da segunda metade do século XVI, conforme relatos de expedições bandeirantes ao Vale do Paraíba em 1587 e 1591. No século XVIII, foram estimados em mais de 5000 membros.

No final do século XVIII e início do XIX, o avanço das fronteiras agrícolas em direção às terras do interior do Vale do Paraíba atingiu suas maiores proporções. O povo Puri, a partir principalmente da ocupação de suas terras tradicionais pela expansão do café,

sofreu violenta política de aldeamento, catequização, escravização, apagamento histórico e etnocídio, fazendo com que fosse considerado extinto desde o século XIX.

Apesar de oficialmente declarados extintos e historicamente invisibilizados pelo Estado brasileiro, no Censo do IBGE de 2010 foram registrados 675 puris. Sendo 335 autodeclarados em Minas Gerais, 169 no Rio de Janeiro, 113 no Espírito Santo e 24 em São Paulo.

Esses números do IBGE vieram reforçar um movimento de retomada e resgate da identidade Puri, que havia se



iniciado na década de 2000 e que ganhou força a partir de 2013, principalmente no Rio de Janeiro por conta dos protestos contra a demolição do Museu do Índio, que estava ocupado por indígenas de diversas etnias desde 2006, que formaram ali a Aldeia Maracanã.

A partir do contato com indígenas Puri na Aldeia Maracanã, foram criados no Rio de Janeiro vários movimentos de ressurgência e retomada de sua comunidade, língua, cultura e território, dentre eles, o Resistência Puri (que também atua em Minas Gerais), o Ressurgência Puri e o Txemím Puri - grupo de pesquisa e revitalização da língua, história e cultura do povo Puri.

Atualmente, os Puri estão espalhados por toda região sudeste do Brasil, entre zona urbana e rural. Há grupos de famílias desta etnia morando em diversos municípios de Minas Gerais: Araponga, Jequeri, Montes Claros, Viçosa, Muriaé, Juiz de Fora.

No Rio de Janeiro, além da região metropolitana, existem diversas famílias Puri na região de São Fidélis, cidade que conta com os distritos de Colônia, Ipuka, Pureza, Cambiasca, e mais especificamente nos bairros do Valão dos Milagres, Valão do Amparo, Valão de Areia, Piraí, Olho D'água e Angelim. Há também registro de indígenas Puri nas cidades de Nova Friburgo, Cordeiro, Macuco, Bom Jesus do Itabapoana e Cambuci.

Na cidade do Rio de Janeiro, existe ainda o Museu da Cultura Puri, que funciona no bairro do Estácio, na

"Aldeia Maracanã Vertical". O Museu é uma iniciativa de Dauá Puri que, com muita sabedoria e sensibilidade, está há anos à frente do processo de retomada e resgate da identidade do seu povo. Dauá é curador do museu, músico, contador de histórias, escritor, poeta, pesquisador, dinamizador cultural e membro do Movimento Indígena do Rio de Janeiro.

Saiba mais sobre o assunto



Para saber mais, assista no canal de Youtube do Instituto Terra Verde a entrevista de **Dauá Puri**, fundador e curador do Museu da Cultura Puri

Contatos e Informações

Dauá Puri
 Telefone: 21969687931
 Instagram: @dauapuri

Museu da Cultura Puri
 Endereço: Rua Frei Caneca, 441 - Bloco 15,
 Apartamento 104 - Estácio, Rio de Janeiro - RJ. CEP:
 20211-020
 Instagram: @museudaculturapuri



Ficha Técnica

Realização
Instituto Terra Verde

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa / Governo do Estado do Rio de Janeiro / Lei Paulo Gustavo

Ministério da Cultura / Governo Federal / Lei Paulo Gustavo

Coordenação de Produção e Produção Executiva
Leonardo Brandão

Assistente de Produção Executiva
Jasmin Dansa

Produção Artística
Daniel Sul

Assistente de Produção Artística
Fabio Monteiro

Textos e Pesquisa
Leonardo Brandão

Fotos
Daniel Sul

Designer Gráfico
Rosi Elias

Produção e Edição dos Vídeos
Daniel Sul

Formatação do ebook de acordo com medidas acessíveis
WDA Agência Digital

Contato
www.institutoterraverde.com.br

Rio de Janeiro – 2024

